



**CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL DAS NAÇÕES
UNIDAS
COMISSÃO ECONÓMICA PARA ÁFRICA**

Trigésima Primeira reunião do Comité de Peritos

Reunião do Comité de Peritos da 5ª Reunião Anual Conjunta da Conferência dos Ministros da Economia e Finanças da UA e da Conferência dos Ministros Africanos das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico da CEA

Adis Abeba, Etiópia
22–25 de Março de 2012



COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA

Sétima Reunião do Comité de Peritos



Distr.: GERAL

E/ECA/COE/31/3
AU/CAMEF/EXP/3(VII)
26 de Janeiro de 2012

Original: INGLÊS

MATERIALIZAR O POTENCIAL DE ÁFRICA COMO UM PÓLO DE CRESCIMENTO GLOBAL

DOCUMENTO TEMÁTICO

Acrónimos e Abreviaturas

BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
AGA	Arquitectura de Governação Africana
MAAP	Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares
UA	União Africana
CUA	Comissão da União Africana
ITIE	Iniciativa de Transparência das Indústrias de Extracção
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
G-20	Grupo dos Vinte
PIB	Produto Interno Bruto
PPAE	Países Pobres Altamente Endividados
HSGOC	Comité de Orientação dos Chefes de Estado e de Governo da NEPAD
IAIDA	Arquitectura Institucional para o Desenvolvimento de Infra-estruturas em África
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
FMI	Fundo Monetário Internacional
ODMs	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
APD	Ajuda Pública para o Desenvolvimento
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PIDA	Programa para o Desenvolvimento de Infra-estruturas em África
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
CERs	Comunidades Económicas Regionais
CTI	Ciência, Tecnologia e Inovação
CNUCED	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNECA	Comissão Económica das Nações Unidas para África
UNIDO	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

I. Introdução

1. Após um longo período de estagnação nas décadas de 1970 e 1980, África reemergiu no Século XXI, como um continente cheio de oportunidades, impulsionadas por factores-chave como a melhoria da governação, melhores políticas macroeconómicas, de gestão e de ambiente de negócios, abundantes recursos humanos e naturais, urbanização e crescimento da classe média, bom desempenho económico e potencial de mercado. Esses factores são sustentados por indicadores socioeconómicos e esforços concretos para colmatar as lacunas entre o género e promover a igualdade que melhoram progressivamente, que são pré-requisitos essenciais para um crescimento económico e desenvolvimento sustentável. Na verdade, África emergiu de um continente historicamente de crescimento lento para uma das regiões de maior crescimento no mundo, alcançando uma taxa média de crescimento acima de 5% anualmente durante 2000-2008. Em todo o continente, estão a ocorrer mudanças fundamentais. O ambiente económico, social e político está a melhorar e os países africanos deverão agora tornar-se numa nova fonte do crescimento económico global.

2. Enquanto isso, a economia global continua a lutar para recuperar das recentes crises económicas e financeiras e gerar empregos para resolver os problemas do elevado desemprego. Os esforços para estimular a recuperação e gerar empregos têm sido desorientados pelos persistentes desequilíbrios macroeconómicos, impulsionados pelos elevados níveis de contracção de empréstimos e de dívidas soberanas nas economias desenvolvidas e altas reservas nas economias emergentes e em desenvolvimento, com uma coordenação política global e mecanismos ineficazes para enfrentar estes desequilíbrios a desempenhar um papel contributivo.

3. A África tem o potencial para ser parte da solução tanto para o problema do baixo crescimento global e das elevadas taxas de desemprego e de desequilíbrios a nível mundial. O actual momento e dinamismo do crescimento do continente e o estado da economia global torna o momento certo para África utilizar os seus enormes recursos inexplorados e potencial de crescimento para emergir como um novo impulsionador do crescimento e reequilíbrio global.

4. No entanto, para materializar o seu potencial e tornar-se num novo pólo de crescimento global e uma fonte de reequilíbrio global, o continente deve tratar de forma eficaz uma série de desafios e constrangimentos obrigatórios. A abordagem desses constrangimentos exigirá uma acção urgente e determinada em várias áreas, mas, como questão de prioridade, domínios de acção concertada devem incluir o reforço das instituições de governação; reforma da agricultura, aceleração da aquisição de tecnologia e investimento em inovação, investimento no capital humano e físico, promoção das exportações e aceleração da integração regional, abordagem da desigualdade do género, da ameaça das alterações climáticas e mobilização de recursos necessários.

5. O presente Documento Temático identifica os importantes pontos e questões para os Ministros, Governadores dos Bancos Centrais e peritos de alto nível africanos deliberarem sobre como África pode ser parte da solução para o problema da recessão e desequilíbrios globais. Na sequência desta introdução, a próxima Secção analisa os principais factores institucionais e de políticas que moldaram o desempenho do crescimento de África nas últimas quatro décadas e destaca as oportunidades e potencial

para o continente se tornar num novo pólo de crescimento global. A Secção III destaca um conjunto de constrangimentos obrigatórios que devem ser abordados, com incidência sobre as questões de governação, instituições, liderança e gestão de recursos naturais, desenvolvimento do capital humano, desigualdade do género, infra-estruturas, ambiente de negócios e de investimento e promoção da integração regional e das parcerias, enquanto a Secção IV centra-se sobre a questão do financiamento do desenvolvimento.

II. Desafios e potencial de África como um pólo do crescimento global

A. *Recente desempenho económico de África e o desafio de gerar um crescimento global forte, sustentável e equilibrado no actual contexto da economia global*

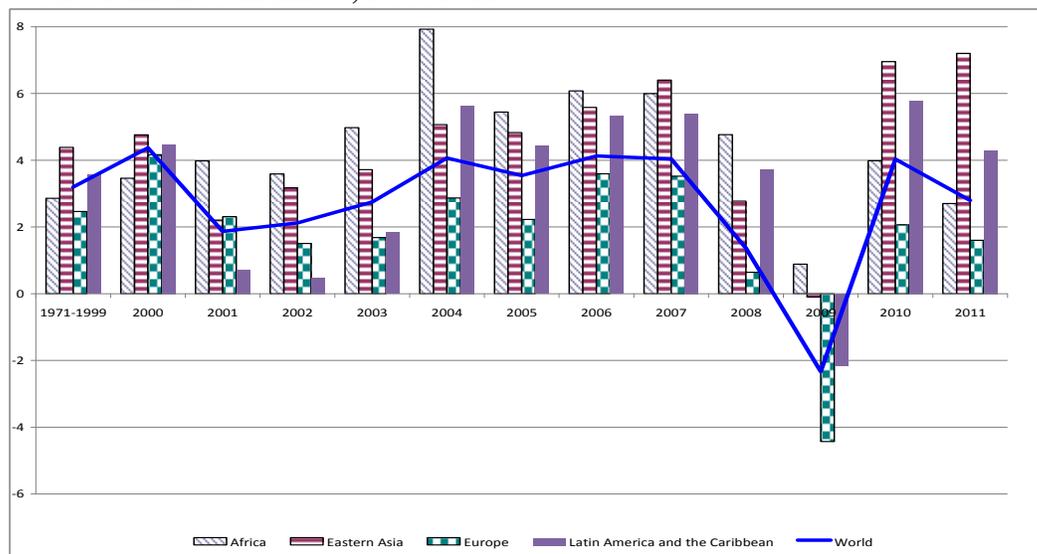
6. A economia mundial expandiu em 3,2% de 1971 a 1999 e África foi a região com o segundo menor crescimento, com uma taxa média de crescimento de 2,4% durante esse período. Porém, desde então, África se tornou a segunda região com maior crescimento a seguir à Ásia Oriental. A recuperação económica em África foi rápida e sólida, na sequência da crise económica e financeira de 2008 e só foi abrandada em 2011, pela turbulência política na África do Norte (Figura 1). Para além de atingir taxas de crescimento relativamente elevadas desde 2000, as economias africanas estão lentamente a ser diversificadas em termos tanto de produção de exportações e expansão dos mercados de consumidores, tornando-se mais sofisticados.

7. Em contraste, a recuperação do crescimento nas economias avançadas continua incerta e os desequilíbrios globais e as taxas de desemprego estão a níveis históricos. Os dirigentes da União Europeia (UE) continuam a levar a cabo medidas de emergência para controlar o contágio da crise da dívida soberana da zona Euro dentro e fora da região, enquanto os Estados Unidos se esforçam para gerir a sua dívida interna, que resultou na degradação da sua notação de crédito em 2011. Tudo isso deixa o mundo com um alto risco de outra recessão global. No período que antecedeu à crise, a economia mundial era caracterizada por enormes desequilíbrios, incluindo baixas taxas de reservas nas economias avançadas, em especial nos Estados Unidos da América (11,5% do PIB em 2010, contra os 14% em 2007), que foram acompanhadas de altas taxas de reservas nas economias emergentes e em desenvolvimento, como a China (52% 2010, contra os 50,5% em 2007). A ruptura das bolhas especulativas em 2007 nos Estados Unidos levou a um prolongado e doloroso reajustamento global da demanda agregada que foi marcado por restrições de crédito bancário, reduzido investimento privado e de gastos dos consumidores e aumento do desemprego. A crise da dívida da zona Euro acentuou o efeito da crise económica e financeira global.

8. Destes desequilíbrios e crises, a volatilidade da economia mundial aumentou nos últimos anos. A persistente taxa elevada de desemprego ameaçou as perspectivas económicas a médio prazo nas economias desenvolvidas e contribuiu para a instabilidade política e social em muitos países em desenvolvimento. Muitas economias desenvolvidas registaram taxas de desemprego de dois dígitos, que podem elevar-se ainda mais com a evolução da crise da dívida soberana na zona Euro em 2012-13 (OCDE 2011).

9. O progresso na geração de um crescimento forte, sustentável e equilibrado em todo o mundo continua limitado e a necessidade de reequilíbrio da demanda global continuará a médio prazo. Na verdade, não eram esperadas grandes melhorias nos actuais desequilíbrios da balança – e por implicação, nos padrões de reserva e de investimento – entre as principais economias mundiais em 2011 (FMI 2011). O reequilíbrio global exige significativos ajustamentos económicos em todas as economias para criar uma demanda global adequada e equilibrada de forma sustentável. Os aumentos significativos na demanda interna nas economias excedentárias e a forte demanda de investimento em África irão contribuir para a absorção das elevadas reservas globais e acelerar o processo de reajustamento.

Figura 1: Taxas de crescimento do PIB nas economias desenvolvidas e em desenvolvimento em África, 1970-2011



Fonte: De 1971 a 2004, os dados vêm da Divisão de Estatística das Nações Unidas. De 2005 a 2011, os dados vêm da Situação e Perspectiva Económica Mundial para 2012 (*World Economic Situation and Prospects 2012*)

10. Em 2011, quadro do G20 para um crescimento forte, sustentável e equilibrado propôs reformas estruturais nas principais economias mundiais como a principal solução para os insustentáveis desequilíbrios globais. No entanto, além de reformas estruturais, uma dimensão de desenvolvimento deve ser igualmente incorporada no reequilíbrio global para estimular e/ou manter o crescimento em todas as regiões. Enquanto os países com grandes reservas e poupança devem impulsionar a demanda interna, os países em défice devem aumentar as suas exportações e fazer outros ajustamentos necessários para reduzir os seus défices a níveis sustentáveis. O recente crescimento elevado e a resistência económica de África durante as crises deram uma oportunidade para o continente e a economia global aproveitar as suas melhores perspectivas económicas e enorme potencial inexplorado para impulsionar o crescimento futuro e reduzir os desequilíbrios macroeconómicos globais.

11. Com efeito, apesar das crescentes dificuldades, as condições para um crescimento e desenvolvimento sustentáveis de África são hoje muito mais favoráveis do que antes por cinco motivos principais. Em primeiro lugar, com a crescente percepção de que os

governos africanos devem ser os impulsionadores, está a melhorar a governação política e económica, resultando em menos conflitos e na melhoria geral das perspectivas económicas, melhorando substancialmente o clima de negócios e o ambiente de investimento. Por exemplo, em 2011 “um número recorde de governos na África Subsariana alterou o ambiente regulador da sua economia para tornar mais fácil às empresas no mercado doméstico iniciar e funcionar. Numa região onde relativamente pouca atenção foi dada ao ambiente regulamentar há apenas 8 anos atrás, as reformas regulamentares para facilitar as operações de negócios foram implementadas em 36 de 46 economias entre Junho de 2010 e Maio de 2011. Isto representa 78% das economias da região, em comparação a uma média de 56% nos últimos 6 anos (Banco Mundial: Fazer Negócios em 2012:9).

12. Em segundo lugar, no topo da elevada e sustentada demanda e dos preços das matérias-primas, muitos países africanos implementaram políticas macroeconómicas, estruturais e sociais apropriadas, que contribuíram para aumentar a diversificação económica, as taxas de crescimento sustentáveis e alguns progressos no sentido da realização dos ODM e outros objectivos de desenvolvimento social. Algumas das economias africanas com crescimento mais rápido estão em vias de dar resposta à meta de redução para metade da pobreza até 2015, bem como a maioria dos outros ODM. A melhoria das condições políticas e socioeconómicas e o crescimento sustentado resultou na rápida urbanização e numa crescente classe média do continente, que constituirá um factor adicional para um crescimento alargado mais rápido e sustentável no futuro.

13. Em terceiro lugar, há agora mais do que nunca, um maior consenso entre os africanos sobre o que deve ser feito para acelerar o crescimento, reduzir a pobreza, melhorar a governação e assumir a liderança e a responsabilidade pelo seu próprio desenvolvimento. A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) não só reflecte esse consenso como baseia-se nele, identificando as principais áreas prioritárias para acção, destinadas a aumentar o comércio em África e no mundo; aumentar a oferta de bens públicos regionais, tais como transporte e gestão de electricidade entre os países; e o aumento da produtividade da agricultura, atribuindo até 10% dos orçamentos nacionais para o sector, com o objectivo de alcançar um crescimento anual de 6% na produtividade. A igualdade é reconhecida na NEPAD como impulsionador do crescimento e uma questão transversal, com uma forte incidência, entre outras, na capacitação económica da mulher. Cada vez mais, os governos africanos têm vindo a reconhecer que o grande potencial do continente para o desenvolvimento só poderá ser materializado plenamente através da maior mobilização de recursos financeiros nos mercados internos e externos, do aumento do investimento no mercado interno, do investimento no desenvolvimento do capital humano, incluindo, nomeadamente, na formação em ciência e tecnologia, finanças e negócios, no desenvolvimento da infra-estruturas necessárias, no investimento nos sectores sociais e no financiamento da igualdade do género, no desenvolvimento proactivo do sector rural, na promoção de iniciativas e criatividade privadas, com a necessária aplicação da inovação e do investimento na investigação e desenvolvimento e no reforço do comércio intra-africano e integração regional.

14. Em quarto lugar, as iniciativas continentais no âmbito da União de Africana (UA) e do seu programa da NEPAD permitem que os países africanos melhorem a governação. O Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares (MAAP), com base no qual um país coloca-se para análise pelos seus pares para ajudar a identificar os pontos fracos e as

acções necessárias para as corrigir, ressalta o impulso para a responsabilidade na governação política, económica e de controlo. Além disso, existem sinais encorajadores de que a União Africana e as Comunidades Económicas Regionais (CERs) desempenham um papel importante no estímulo da melhoria contínua do clima de investimento dentro das suas regiões, bem como lidar com os actuais e com os principais conflitos de longa data no continente, especialmente no Sudão e na Somália.

15. Em quinto lugar, apesar da própria África merecer o crédito por grande parte do que foi alcançado desde 2000, a resposta dos parceiros internacionais para as necessidades de financiamento para o desenvolvimento de África tem igualmente sido positiva. Durante o período 2000 – 2008, auxílio à África dobrou, enquanto vários doadores tomaram medidas importantes para amortizar as dívidas pendentes de 14 países africanos no âmbito das iniciativas de Países Pobres Altamente Endividados (PPAE) e de Alívio da Dívida Multilateral, disponibilizando recursos para actividades de desenvolvimento socioeconómico. Os fluxos de ajuda para a região aumentaram de 15,6 mil milhões de \$EU em 2000 para 44 mil milhões de \$EU em 2008, equivalente a 35% dos fluxos de ajuda global (FMI 2009). No entanto, enquanto a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) pode e tem desempenhado um papel útil na promoção do desenvolvimento de África, particularmente nos países africanos de rendimentos baixos, é uma forma muito volátil e imprevisível de financiamento do desenvolvimento (Bulir e Hamann, 2006; CNUCED, 2006). Felizmente, o investimento estrangeiro directo e os fluxos de remessas tornaram-se recentemente nas principais fontes de fluxos de capitais externos para a maioria dos países africanos, que excedem, de longe, os fluxos de APD.

16. Embora poucos progressos tenham sido feitos para concluir a Ronda de Doha de negociações comerciais, que teriam trazido enormes benefícios para os países africanos, a União Europeia e os Estados Unidos alargaram regimes comerciais preferenciais para os países africanos mais pobres, o que tem permitido o crescimento das exportações africanas para estes destinos. A resposta positiva dos doadores ocidentais para as necessidades de financiamento de África foi complementada pelo aumento do comércio, do investimento e da ajuda das potências emergentes do Sul, como a China, a Índia e o Brasil. África beneficiou do recente aumento do preço das matérias-primas, impulsionado principalmente pela demanda das economias emergentes em desenvolvimento e do aumento do investimento em infra-estruturas no sector extractivo (Cheru e Obi 2010; McCormick 2008; Baseda et al. 2008; Brautigam 2010). As exportações estão a tornar-se mais diversificadas e as importações de consumíveis estão a tornar-se mais acessíveis, beneficiando os consumidores e produtores africanos. Por exemplo, em 2009, os bens manufacturados representaram 18,7% e 27,1% das exportações totais de África para a China e Coreia do Sul, respectivamente, mas apenas 8,2% das exportações de África para os EUA (BAD, OCDE, PNUD e UNECA, em 2011).

17. Em suma, os progressos na governação e nas reformas institucionais, a redução dos conflitos armados, o aumento dos preços das matérias-primas e o aumento do apoio internacional para muitos países africanos criam um futuro mais brilhante para o continente e colocam o continente em vias de um relançamento económico. Mas mais importante, estas são as questões que colocam África como um pólo de crescimento global. O desafio para os líderes africanos e para os parceiros de desenvolvimento internacional na próxima década é como aproveitar as recentes conquistas e acelerar o processo de industrialização e transformação económica da forte dependência em

matérias-primas e minerais para outros sectores mais diversificados, incluindo o de manufactura, financeiro e de serviços, que têm maior potencial para promover a criação de emprego, da riqueza e de transformar África num interveniente principal na solução dos problemas económicos globais (UNECA 2007; UNECA e CUA, 2010).

B. África como uma fonte potencial de crescimento global e reequilíbrio: capitalização dos recursos naturais e do imenso potencial económico de África

18. Com base na recente dinâmica de crescimento realçada anteriormente, África tem sido projectada para se tornar na região com maior crescimento no mundo ao longo da próxima década e um importante interveniente na economia mundial a longo prazo (FMI, 2010; McKinsey, 2010, Radelet, 2010). África é parte das potências económicas emergentes do Hemisfério Sul e a sua projecção como um novo pólo de crescimento mundial é baseada no facto de, além dos seus inexplorados potenciais e vastos recursos naturais, os países africanos têm tido um crescimento consistente ao longo da década passada e já não podem ser negligenciados. As condições políticas e económicas estão a melhorar bem como as perspectivas económicas gerais, o ambiente de negócios e as perspectivas de investimento, e juntamente com as mudanças demográficas, urbanização e a crescente classe média, o continente apresenta um destino de investimento atraente que não pode ser ignorado.

19. África pode contribuir para o crescimento e reequilíbrio económico global, criando condições de investimento propícias para atrair uma quantidade significativa de reservas e excedentes de economias emergentes e em desenvolvimento, por meio de investimentos nacionais estratégicos na área de Pesquisa & Desenvolvimento, de inovação tecnológica tendente ao acréscimo de valor e produção de mercadorias não constituídas por matérias-primas de exportação na economia global. O continente deve continuar a consolidar e a desenvolver os impulsionadores de crescimento discutidos anteriormente. Tendo em conta a crescente concorrência tanto das economias emergentes como das em desenvolvimento, factores-chave exclusivos para África se tornar num novo pólo de crescimento mundial, seriam os seus enormes recursos naturais inexplorados, população e crescente classe média e mercado regional inexplorado.

Melhoria da governação e gestão política e económica

20. A governação política e económica melhorou em muitos países africanos, embora alguns países estarem manchados por conflitos de longa duração e haver um aumento notável de protestos públicos. O endurecimento e a repressão governamental das manifestações pacíficas continuaram sua tendência descendente (BAD, OCDE, PNUD e UNECA, 2011). Em 2010, de acordo com o índice de Liberdade Política (da Freedom House), 9 países africanos foram considerados livres, 24 parcialmente livres e 20 foram considerados não-livres em termos de respeito dos direitos humanos e das liberdades.

21. Com efeito, os governos africanos continuaram a promover a boa governação política, como condição essencial de desenvolvimento e redução da pobreza, conforme evidenciado pela incidência sobre os “Valores Comuns” da 16ª Cimeira Ordinária da União Africana (UA) em Janeiro de 2011. Comprometeram-se em reformas eleitorais e melhoria dos processos democráticos e dos direitos humanos (UNECA e OCDE, 2011). O UA adoptou a sua política de tolerância zero às mudanças inconstitucionais de governo.

Com o Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares (MAAP), os governos africanos estabeleceram igualmente um instrumento continental para monitorizar e promover a boa governação. Com base nesses compromissos, a 16ª Cimeira de UA comprometeu-se no estabelecimento de uma Arquitectura de Governação Pan-Africana (AGA) mais coerente e adoptou a Carta dos Valores e Princípios da Administração Pública em África. O compromisso com a integração do género nos processos de governação é reforçado pela Declaração Solene sobre a Igualdade do Género em África da UA, de 2004, mais especificamente o princípio da paridade do género em todas as estruturas e a todos os níveis de tomada de decisão, incluindo nas estruturas de governação.

22. Até o final de 2010, 36 países africanos tinham assinado e oito tinham ratificado a Carta Africana de Democracia, Eleições e Governação. Entre de Janeiro de 2010 e Abril de 2011, 20 Estados africanos realizaram eleições, presidenciais, parlamentar ou locais e 70% dessas eleições foram consideradas livres ou parcialmente livres e justas (Freedom House, 2010 e 2011). A implementação do Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares (MAAP) acelerou com a adesão de um total de 30 países até 2011, dos quais 15 países sofreram uma avaliação pelo Fórum de MAAP. Foram igualmente registados progressos na área dos direitos humanos, incluindo o estabelecimento do Painel de Peritos para a Carta Africana dos Direitos e o Bem-Estar da Criança (2003) e a adopção do Protocolo à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos relativa aos Direitos das Mulheres em África de 2003, que foi até agora ratificada por mais de 30 países.

23. Enquanto isso, os parceiros de desenvolvimento têm apoiado iniciativas para reforçar o estado de direito e melhorar a supervisão parlamentar e a participação da sociedade civil. Prestaram apoio para as fases mais avançadas do processo MAAP através de um Fundo Fiduciário do PNUD e ajudaram países a realizar auto-avaliações ou conceber planos de acção nacionais. A ajuda para o desenvolvimento no apoio às eleições em África aumentou em quase 85% durante o período 2007 – 2008, atingindo 275 milhões de \$EU, e mais do que triplicou desde 2000. Os parceiros de desenvolvimento têm mostrado apoio mais forte à posição da UA sobre mudanças inconstitucionais de governos.

24. Em conformidade com as melhorias no ambiente político acima referenciadas, a governação económica melhorou igualmente de forma notável em vários países africanos, conforme destacado anteriormente com referência à melhoria do clima de negócios e do ambiente de investimento e de gestão macroeconómica, reflectido pela melhoria da estabilidade macroeconómica e reforço do espaço político, níveis de endividamento sustentáveis e melhores processos de orçamentação, incluindo a orçamentação do género em alguns países e uma gestão mais eficaz do sector público. De igual modo, apesar da corrupção continuar a ser uma preocupação séria em alguns países africanos, foi recentemente vista como um desafio menor num número crescente de países africanos.

Recursos Naturais

25. Actualmente, o continente possui reservas de cerca de 12% do petróleo mundial, 40% do seu ouro e 80 a 90% do grupo de metal de crómio e platina, para além de vastas terras aráveis e recursos madeireiros. Com a abundância desses recursos e a crescente demanda por matérias-primas, os governos africanos estão a estabelecer novas parcerias que levam a maior investimentos em infra-estruturas e partilha de conhecimentos e tecnologia. Os investidores privados estão cada vez mais a dar a devida importância à

África como um importante destino para o seu investimento directo e de carteira. Nesse sentido, os fluxos de IDE para África aumentaram de 9 mil milhões de \$EU em 2000 para 62 mil milhões de \$EU em 2009 e prevê-se continuar a aumentar no futuro (Mckinsey, 2010). Enquanto os fluxos de carteira para África são muito menores que os fluxos de IDE, cresceram de 8 mil milhões de \$EU em 2004 para um pico de 24 mil milhões de \$EU em 2006 e 22 mil milhões de \$EU em 2010. África deve explorar o IDE como um canal de transferência de tecnologia e de aprendizagem tecnológica de modo a atrair e desenvolver empresas que irão acrescentar valor aos produtos de recursos naturais e de exportações. Aumento do comércio intra-regional e do comércio com parceiros emergentes proporcionou oportunidades para muitos dos países africanos diversificarem a produção e as exportações, bem como fontes de parcerias de desenvolvimento, financiamento e formulação de parcerias de Pesquisa e Desenvolvimento e aquisição de novas tecnologias (BAD, OCDE, PNUD e UNECA, 2011).

Potencial Demográfico

26. A transição demográfica de África é outro factor importante no seu desenvolvimento económico. África possui a população mais jovem do mundo, e a sua força de trabalho está em rápida expansão. Hoje, mais de 60% da população de África tem idade inferior a 25 anos (UNECA e CUA, 2010) e prevê-se que em 2040, a força de trabalho poderá chegar a 1,1 mil milhões, ultrapassando a da China ou da Índia. Além disso, conforme observado pela Divisão de População das Nações Unidas, o continente será responsável por 29% da população mundial entre 15-24 anos em 2050, acima de 9% em 1950, enquanto as regiões da Ásia e Pacífico e da América Latina e Caraíbas irão manter as suas quotas de 1950 de 54% e 7%, respectivamente, em 2050.

27. No entanto, o continente precisa de uma estratégia abrangente e inovadora para desenvolver as habilidades e conhecimentos das mulheres e dos homens, combater o desemprego da juventude de forma sensível ao género e tornar a sua crescente população jovem uma bênção real em vez de um prenúncio de conflito e instabilidade. Na verdade, com as populações de envelhecimento nas economias avançadas e os salários crescentes na Ásia, a transição demográfica oferece uma oportunidade para África se tornar o próximo centro global de manufactura, TIC e indústrias de serviços.

Urbanização e ascensão da classe média e mercado regional inexplorado

28. Com a urbanização e a ascensão da classe média, os consumidores africanos irão igualmente desempenhar um papel importante nas perspectivas de crescimento do continente. Actualmente, 40% dos africanos vivem nas cidades e prevê-se que esta parcela venha a aumentar – “em 2008, 85 milhões de famílias africanas ganhou 5.000 \$EU ou mais – que é o nível acima do qual começam a gastar mais ou menos metade dos seus rendimentos em artigos diferentes de alimentos” (Mckinsey, 2010). Prevê-se que, nos próximos 10 anos que o número de famílias com rendimentos discricionários irá aumentar em 50%, atingindo 128 milhões e até 2030, as 18 cidades do topo poderão ter um poder de compra combinado de 1,3 triliões de \$EU. Claramente, África tem um enorme potencial de mercado regional inexplorado, um factor que poderá ajudar os países africanos a atrair níveis mais elevados de investimentos nacionais e estrangeiros.

29. Embora haja boas razões para ser otimista sobre as futuras perspectivas de desenvolvimento do continente, há ainda importantes desafios que os líderes do continente em parceria com os parceiros internos e externos devem decisiva e exaustivamente abordar para materializar o potencial produtivo de África, criar as bases para um crescimento sustentável e inclusivo, tirar milhões dos seus cidadãos da pobreza e posicionar África como um novo pólo de crescimento global. Apesar do forte desempenho económico nos últimos anos, as economias africanas continuam vulneráveis a choques exógenos e as infra-estruturas necessárias, os recursos humanos e financeiros, as estruturas institucionais e a visão de desenvolvimento a longo prazo para trazer a transformação estrutural continuam débeis. A base industrial é débil e depende em grande medida de matérias-primas e tecnologia importadas, comprometendo a competitividade e a necessidade urgente de desenvolvimento de uma base tecnológica local (CNUCED/UNIDO 2011). Com uma forte dependência no sector informal de baixa produtividade, os progressos para a realização dos objectivos de desenvolvimento de África têm sido lentos e o continente tem a maior taxa de pobreza (46%) do mundo.

Pontos para debate:

1. Por que é importante que o mundo veja agora África como um novo pólo de crescimento mundial?
2. Como é que África se pode posicionar no ambiente económico global prevalecente para tornar-se um novo pólo de crescimento global e contribuir para o reequilíbrio global?
3. Que desafios os países africanos enfrentam ao desempenhar este papel e como os países africanos podem beneficiar da experiência dos países africanos e não africanos bem-sucedidos?
4. Como materializamos o potencial de África como um novo pólo de crescimento e reequilíbrio global?
5. Como África poderia utilizar a inovação tecnológica para explorar plenamente o seu potencial de crescimento identificado?

III. Materializar o Potencial de Desenvolvimento de África: capacitação para atingir o crescimento máximo

30. África pode escapar o flagelo da pobreza, da desigualdade socioeconómica e do subdesenvolvimento e embarcar no processo de industrialização tal como a China, a Índia e outros países emergentes e em desenvolvimento fizeram num período de relativamente trinta anos. Isso é possível sob a orientação de um Estado capaz e orientado para o desenvolvimento comprometido na mobilização de homens, mulheres e juventude em torno de um quadro comum de desenvolvimento nacional destinado a promover a diversificação económica e cumprir os importantes objectivos de desenvolvimento social (UNECA e CUA, 2011). Alguns países foram capazes de gerar amplos acordos sobre estratégias através de planos de médio prazo e metas de desenvolvimento e estão a produzir resultados de desenvolvimento. As instituições e fóruns de política africanas estão a começar a prestar orientações estratégicas, quadros operacionais e boas práticas e já surgiu um vibrante debate político africano.

31. A tarefa das lideranças africanas na próxima década é a de ter como base a dinâmica dos últimos anos com o reforço da governação democrática, investimento nas pessoas e nas principais infra-estruturas e criação de instituições estatais efectivas tanto ao nível de governo central como local para apoiar os produtores nacionais de modo que possam competir de forma eficaz numa economia de mercado global. Uma abordagem pragmática e sustentada para enfrentar os importantes desafios de desenvolvimento de África irá garantir que o continente se torne a próxima fronteira de crescimento.

A. *Promoção da liderança visionária, de instituições fortes e da boa governação*

32. A contribuição de África para o PIB mundial é ainda inferior a 3% e a maioria das economias africanas continuam a depender fortemente da produção das principais matérias-primas e exportações com limitado abrandamento nas taxas de pobreza. O continente precisa de lideranças visionárias e sensíveis ao género e de instituições de governação mais fortes para resolver as deficiências dos mercados, promover uma política industrial eficaz e transformação económica e atingir os seus objectivos de desenvolvimento social. O papel do Estado é fundamental para África se tornar num novo pólo de crescimento global. O Estado deve evoluir de modo a permitir que os países africanos respondam adequadamente aos desafios emergentes e aproveitem as oportunidades para promover o desenvolvimento económico e social.

33. Ao longo dos anos, o processo de transformação económica no Japão, Coreia, Malásia e Singapura foi inspirado pela liderança visionária e apoiado por Estados capazes que utilizam quadros de planeamento disciplinados para projectar um relançamento económico. Para além da liderança, as tarefas para os Estados africanos incluem: o processo de desenvolvimento do planeamento, a formulação de políticas adequadas sensíveis ao género e a implementação dos planos e políticas. As alterações necessárias são substanciais e conseqüentemente, as decisões não podem ser idealmente feitas pelas forças do mercado livre, quando a maioria das economias africanas são caracterizadas por deficiências generalizadas do mercado. Nesse sentido, as economias africanas precisam de Estados desenvolvimentistas que tenham a capacidade de implantar a sua autoridade, credibilidade e legitimidade para conceber e implementar planos eficazes e inclusivos e estratégias para a promoção da transformação económica e desenvolvimento social (UNECA e CUA, 2011). O continente deve igualmente se esforçar para manter e melhorar a governação e gestão política e económica existente, apesar dos seus desafios relacionados, conforme indicado anteriormente na Secção 2.2.

34. Não há um modelo único para criar um Estado desenvolvimentista; os países precisam *aprender fazendo*. Contudo, alguns aspectos fundamentais presentes em experiências anteriores são: (1) Liderança significativa e uma coligação orientada para o desenvolvimento (será fundamental uma liderança democrática capaz e perspicaz); (2) Instituições transformadoras sustentadas por uma burocracia recrutada com base nas suas capacidades e mérito, ao invés do clientelismo político, considerações étnicas ou religiosas; (3) Incidência na política industrial; (4) Investimento na pesquisa e desenvolvimento; e (5) Política social reforçada. Sem dúvida, lideranças visionárias, instituições participativas e processos de governação fortes são essenciais para que África se torne num novo pólo de crescimento global.

B. Investimento em infra-estruturas

35. Débeis infra-estruturas físicas constituem um importante obstáculo ao investimento, crescimento com base ampla e redução da pobreza em África. O desenvolvimento de infra-estruturas leva à redução dos custos de produção e de transacção, que melhora a competitividade das empresas e torna um país mais atraente para os investidores estrangeiros. Apesar das infra-estruturas terem desempenhado um papel significativo na recente reviravolta económica de África, deverão desempenhar um papel mais importante para o cumprimento das metas de desenvolvimento do continente.

36. Menos de 10% (em 10 países) e menos de 50% (em 33 países) das estradas em África são pavimentadas, 40% da população não têm acesso à água potável; e a região possui a mais baixa penetração da internet, 3% em comparação com a média mundial de 14% (CUA, 2011). Estudos sugerem que, na maioria dos países africanos, especialmente os países de rendimentos baixos, a questão das infra-estruturas é uma restrição à realização de negócios e contribui para depreciar a firme produtividade em cerca de 40% (Escribano et al., 2008). Na verdade, tem sido salientado que o aumento do acesso da mulher à electricidade e às estradas conduziria a maior produção agrícola e melhor disponibilidade de alimentos nos mercados, uma vez que a mulher constitui 70 a 80% da força de trabalho agrícola do continente para a produção e processamento de alimentos (Banco Mundial, 2008). Caso todos os países africanos tivessem que alcançar as Maurícias, em termos de infra-estruturas, o crescimento económico per capita na região iria aumentar em 2.2% adicionais por ano. Atingir o nível da Coreia traria um crescimento económico per capita de até 2,6% por ano. Em vários países – incluindo a Côte d'Ivoire, República Democrática do Congo (RDC) e Senegal – o impacto seria maior (Banco Mundial, 2008).

37. Os investimentos em infra-estruturas em África são baixos, principalmente devido ao consistente investimento insuficiente e falta de atenção concedida ao sector durante a década de 1980 e 1990, bem como restrições fiscais que limitam a capacidade do sector público de investir em infra-estruturas. Outros factores importantes incluem o facto de haver pouco incentivo para o sector privado em investir em projectos que têm características de bens públicos, a falta de financiamentos estáveis a longo prazo, riscos elevados de sectores específicos bem como alto risco macro decorrentes da instabilidade política e da má governação.

38. As estimativas mostram que colmatar a lacuna de infra-estruturas de África exigiria aproximadamente 93 mil milhões de \$EU por ano durante a próxima década – incluindo novos investimentos e manutenção das infra-estruturas existentes. No entanto, é encorajador notar que cerca de metade da necessidade de financiamento de infra-estruturas do continente está actualmente a ser colmatada. É igualmente incentivador que os gastos com infra-estruturas em África são maiores do que se pensava, e que cerca de 35 mil milhões de \$EU das despesas anuais são financiadas pelos contribuintes africanos e usuários de infra-estruturas. Outros 13 mil milhões de \$EU deverão vir de uma variedade de fontes externas.

39. Com a crescente necessidade de racionalizar as TIC e a Ciência, Tecnologia e Inovação na superação dos desafios identificados, bem como dos potenciais de crescimento que o continente possui, há a necessidade de infra-estruturas melhoradas e bem equipadas de TIC e Ciência, Tecnologia entre os países africanos, a fim de

intensificar as actividades de Pesquisa & Desenvolvimento e Inovação no continente. Juntamente com o aumento considerável na penetração móvel, os investimentos em infra-estruturas nessas áreas terá um impacto significativo no crescimento do continente.

40. Nos últimos anos, têm-se intensificado esforços para a melhoria das infra-estruturas de África a nível continental, regional, sub-regional e nacional. Os líderes africanos demonstraram a vontade política de melhorar as infra-estruturas do continente, implementando o Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (PIDA), a Arquitectura Institucional para o Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (IADA), a Iniciativa de Liderança de Infra-estruturas da NEPAD, presidida pela República da África do Sul, bem como o estabelecimento da Subcomité de Alto Nível do Comité de Orientação dos Chefes de Estado e de Governo (HSGOC) da NEPAD para promover o desenvolvimento de infra-estruturas regionais. As Comunidades Económicas Regionais (CER) implementaram igualmente programas abrangentes de desenvolvimento de infra-estruturas. A nível nacional, muitos países estão a implementar programas no sector das infra-estruturas que produzem resultados positivos. Países como a Etiópia, Quênia e Nigéria, estão a intensificar esforços para angariar recursos no mercado interno para financiar o seu desenvolvimento de infra-estruturas.

41. Maximizar os resultados dos esforços em curso para a melhoria das infra-estruturas de África, particularmente as infra-estruturas regionais, vai exigir especial atenção na luta contra as ineficiências em termos de recolha de receitas e da distribuição dos custos. É igualmente importante angariar financiamentos adicionais para o desenvolvimento de infra-estruturas e apoiar as dotações para o sector, informadas por necessidades diferenciadas de mulheres e homens em termos de acesso e utilização das infra-estruturas. As potenciais fontes internas de financiamento incluem a angariação de impostos adicionais e o aproveitamento dos mercados de capitais internos. Devem igualmente ser exploradas as Parcerias Público Privadas (PPP) e outras fontes inovadoras de financiamento. As fontes externas de financiamento, como a APD, devem ser utilizadas de forma mais eficaz. O aproveitamento das reservas globais para o investimento no desenvolvimento de infra-estruturas em África pode ajudar África a fazer face às suas necessidades de infra-estruturas, aumentar a demanda global agregada e resolver os problemas do baixo crescimento global e dos desequilíbrios.

C. *Investir nas pessoas*

42. Investir no capital humano contribui para garantir que os cidadãos estejam equipados para ganhar a sua subsistência enquanto parte integrante da máquina produtiva nos seus países e que os investidores possam encontrar as habilidades e talentos que precisam. Contribui igualmente para a inclusão social e a integração da juventude na sociedade, desempenhando um papel importante na redução das disparidades do género e promoção da emancipação da mulher. A educação e o desenvolvimento de habilidades, especialmente para a juventude, são de importância primordial para África, devido ao retorno à educação e a contribuição para a redução da pobreza. Há ganhos positivos mas lentos na educação e saúde em África que representam um primeiro passo para a implantação do capital humano como força motriz do desenvolvimento e contribuinte para que África desempenhe um importante papel no crescimento global.

43. No entanto, África tem um atraso em relação ao resto do mundo na maioria das áreas do desenvolvimento humano. As questões mais importantes para resolver nesta área são: as elevadas taxas de pobreza do continente (por exemplo 51% em África, excluindo a África do Norte, em 2005, de 58% em 1990) e as desigualdades sociais e do género, o limitado acesso à educação e à baixa qualidade do ensino e a prevalência de epidemias como a Tuberculose, Malária, VIH/SIDA e a desnutrição. O número de mortes causadas pela Malária em África é 32 vezes o número de mortes no Sudeste Asiático; a taxa de prevalência de VIH em África é de cerca de 16 vezes a do Sudeste Asiático.

44. Apesar das taxas de matrícula no ensino primário e secundário terem melhorado em toda a África, com o contínuo desafio da retenção e conclusão escolar, especialmente para as meninas e famílias de baixos rendimentos (UNECA, 2011), existem 153 milhões de adultos analfabetos em África, e dois terços são mulheres. Existe uma ingente necessidade de se concentrar na melhoria do acesso equitativo à educação e a qualidade da educação, bem como incidir sobre um papel mais global que a educação desempenha no desenvolvimento económico e social, fornecendo as habilidades necessárias para os investidores e estimulando o empreendedorismo. De igual modo, o acesso à educação continua limitado nas áreas rurais de muitos países africanos. No mesmo sentido, apesar dos progressos no sentido de uma África mais saudável ter continuado inabalável e as recentes tendências mostrarem evidências de melhoria acelerada, as consequências para a saúde e a distribuição dos serviços básicos apresentam desigualdades e continuam inclinadas para grupos de rendimentos mais elevados e das áreas urbanas. A saúde e a educação são a base para a capacitação nacional para a melhoria da produtividade e da competitividade dos países.

45. A abordagem dos desafios nestas áreas requer medidas tanto do lado da oferta como da procura. Com África possuindo a população mais jovem, conforme anteriormente indicado, é necessário equipar esta demografia com as habilidades necessárias e relevantes que permitirão ao continente adquirir e inovar tecnologias relevantes para enfrentar os seus desafios. Com efeito, é necessário que os governos garantam um acesso equitativo a serviços de qualidade de saúde e de educação. É igualmente importante identificar as razões por que as pessoas não utilizam os actuais serviços prestados. A curto prazo, há uma geração que precisa de reciclagem para fazer coincidir as suas habilidades com a actual demanda laboral. Devem igualmente receber cuidados de saúde adequados para serem capazes de trabalhar. Esta estratégia deve ser informada por uma perspectiva do género que tenha em conta as necessidades, experiências e interesses diferenciados das mulheres, homens e jovens. Nesse sentido, é essencial o desenvolvimento de habilidades específicas para reduzir o desemprego, subemprego e absentismo de trabalhadores jovens e mulheres devido à doença. A Primavera Árabe e os recentes conflitos em alguns países africanos ilustram como o descontentamento da juventude pode estimular a mudança ou ameaçar a paz e a segurança de uma nação. O desenvolvimento do capital humano está, portanto, ligado à redução de conflitos num país. A longo prazo, há uma geração que precisa de investimentos básicos tais como as imunizações, a educação e nutrição de qualidade a fim de fazer crescer e desenvolver as capacidades necessárias para fazer face ao mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

D. *Transformação da agricultura e desenvolvimento das economias rurais*

46. A agricultura é fundamental para atingir o amplo desenvolvimento em África, dada a abundância de terras aráveis e a importância da agricultura para o crescimento económico e dos meios de subsistência em todo o continente. África possui cerca de 60% das terras aráveis do mundo e o sector emprega cerca de 60% da força de trabalho total. O sector é responsável por cerca de 40% das receitas totais de exportação e fornece mais de 50% dos rendimentos das famílias (UNECA e CUA, 2009). No entanto, o sector caracteriza-se pela baixa produtividade, a deterioração da balança comercial e um abrandamento da taxa de crescimento. A balança comercial agrícola, medida pela relação do valor do total das exportações agrícolas à importação tem vindo a diminuir continuamente e manteve-se em torno de 0,6 em 2007. Assim, muitos países africanos tornaram-se importadores líquidos de produtos agrícolas e enfrentam desafios de segurança alimentar.

47. A baixa taxa de produtividade e de crescimento resultantes dos baixos níveis de investimento e utilização de fertilizantes e de tecnologias modernas, bem como os baixos níveis de irrigação, gestão inadequada dos solos, baixa utilização do tractor, acesso limitado ao crédito e regimes de seguro, débil acesso à infra-estruturas físicas e limitado financiamento para a Pesquisa & Desenvolvimento e a falta de atenção para a desigualdade do género no sector. Além disso, a agricultura africana continua a sofrer de limitado acréscimo de valor e débeis ligações com outros sectores, incluindo o agro processamento e o agro negócio, mercados fragmentados e débil integração regional das cadeias das matérias-primas. Além disso, o continente é extremamente vulnerável a choques externos devido à demanda global e aos preços das matérias-primas e as alterações climáticas, entre outros (UNECA e CUA, 2009). Como resultado de todos esses constrangimentos e apesar da sua enorme parcela de terra e potencial agrícola, o continente continua a ser um importador líquido de alimentos.

48. A transformação agrícola africana deve constituir a base para o crescimento partilhado acelerado e sustentável e para a futura transformação estrutural económica. Para fazer face aos desafios acima indicados, os países africanos precisam de processos de planeamento mais abrangentes, políticas adequadas e sensíveis ao género e melhor capacidade de implementação de planos e políticas em todos os sectores. O desenvolvimento agrícola em África exige entre outras coisas, políticas que abordem os constrangimentos gerais para aumentar e manter a produtividade e o crescimento agrícola e fortalecer os vínculos a montante e a jusante entre a agricultura e outros sectores a nível nacional, regional e global (UNECA e CUA, 2009 e 2011). Um sector da agricultura mais competitivo será fundamental para que África se torne um novo pólo de crescimento global.

E. *Promoção da transferência de tecnologia e inovação para a transformação estrutural e o acréscimo de valor*

49. A transferência de tecnologia e inovação é o principal factor de desenvolvimento económico e social numa economia do conhecimento, como líder para aumentos significativos na produtividade e eficiência, redução dos custos de produção e informações das imperfeições. São fundamentais para um crescimento sustentado, competitividade e transformação económica. Há crescente evidência que o rápido ritmo de crescimento de

África é parcialmente compatível com o rápido ritmo do continente na aquisição de tecnologias maduras nas últimas duas décadas. Por exemplo, África registou um enorme aumento em pagamentos de direitos de autor e de taxas de licenciamento e de importações de bens de capital e Serviços Empresariais, Profissionais e Técnicos (BPT) (UNECA, 2010). Por exemplo, a transferência de tecnologia tem estado no centro da rápida difusão do telemóvel e das tecnologias sem fios em África, com profundo impacto no mercado, na política, na cultura e na participação de indivíduos, empresas e governos nos negócios. Esse desenvolvimento poderia ter um impacto maior se África participasse na concepção, fabrico, montagem e exportação de componentes e unidades de telefones móveis, rede de infra-estruturas e centrais telefónicas.

50. O comércio e o investimento estrangeiro directo (IED) têm servido como os principais canais de transferência de tecnologia. No entanto, África não está a atrair projectos privados de Pesquisa & Desenvolvimento e investimentos estrangeiros de manufatura, devido à sua limitada base tecnológica e capital intelectual e atraso na produção e propriedade de tecnologias (UNECA (2010)).¹ Como tal, são urgentemente necessários passos radicais para garantir que África beneficie do conhecimento tecnológico global para fazer face aos desafios actuais e emergentes, como o desemprego e alterações climáticas.

51. Em primeiro lugar, os países devem implementar políticas e estratégias para integrar a Ciência, Tecnologia e Inovação em todos os sectores e ministérios e agências governamentais. Isto poderia facilitar a promoção, coordenação e avaliação do ecossistema nacional de inovação. Em segundo lugar, os decisores políticos devem criar mecanismos para mobilizar, investir e gerir fundos adequados nas ciências, tecnologia e inovação. Em terceiro lugar, os países devem aumentar os investimentos nos sectores da educação, particularmente nas ciências, engenharia e tecnologia, para desenvolver as competências e talentos necessários para sustentar a inovação e o espírito empresarial na economia do conhecimento. Em quarto lugar, são urgentemente necessárias infra-estruturas materiais e imateriais de Ciência, Tecnologia e Inovação para servir como plataformas para a transferência de tecnologia e inovação. As zonas económicas multiúso e os distritos e parques industriais emergentes poderiam ser usados para atrair investimentos de Pesquisa & Desenvolvimento, empresas de fabricação e empresas subsidiárias de centros de Pesquisa & Desenvolvimento. Finalmente, o ambiente de negócios deve ser reforçado para fazer face às necessidades do inovador e das empresas inovadoras através do apoio financeiro, de propriedade intelectual, concorrência e de políticas de contratos públicos (SWA 2011).² Tais medidas garantiriam o futuro crescimento, a competitividade e a transformação económica de África.

F. *Fazer face ao intimidante desafio das alterações climáticas*

52. As alterações climáticas constituem uma das ameaças mais desafiadoras para o desenvolvimento sustentável em África e tem um impacto diferenciado sobre homens e mulheres. As alterações climáticas já têm e continuarão a ter graves consequências para o

¹ UNECA (2010) A technological resurgence? Africa in the global flows of technology disponível em http://www.uneca.org/istd/tech_resurgence.pdf

² UNECA (2011) Proceedings of the Second Science with Africa (SWA) Conference On Science, Innovation e Entrepreneurship (disponível em <http://www.uneca.org/sciencewithafrica/swa2proceedings/swa2proceedings.pdf>)

crescimento económico de África, segurança alimentar e redução da pobreza, paz e estabilidade, uma vez que a concorrência se intensifica sobre os escassos recursos. Embora África seja o continente menos responsável pelas alterações climáticas, é particularmente vulnerável aos seus efeitos. Em geral, alguns modelos sugerem que um aumento de temperatura de cerca de 1,5° C até 2040 poderia levar a uma perda anual de 1,7 do PIB de África. Portanto, estratégias de desenvolvimento da economia verde (economia ecológica) são essenciais para promover um crescimento elevado e sustentável e para África se tornar num novo pólo de crescimento mundial no futuro. Prevê-se que os efeitos nocivos das alterações climáticas recaiam indevidamente sobre os pobres e agravam as desigualdades no estado de saúde, educação, participação na força de trabalho e acesso a uma alimentação adequada e água limpa. Por conseguinte, o apoio financeiro aos países em desenvolvimento para a mitigação e adaptação é vital para assegurar a contribuição e participação necessários para efectivamente enfrentar os desafios das alterações climáticas.

53. Ao longo dos últimos 60 anos a taxa de emissões acelerou em grande medida, impulsionada pelo rápido desenvolvimento económico global com pouco respeito pelo meio ambiente. Para manter o aumento da temperatura média no limite “gerível”, as emissões globais devem ser reduzidas rapidamente. A nível global, este é um desafio enorme porque o PIB global é actualmente em vias de triplicar (45 triliões de \$EU para cerca de 130 triliões de \$EU) até 2050. As emissões irão provavelmente seguir o exemplo (ou seja, triplicar, uma vez que as economias em desenvolvimento, incluindo África, crescem) a menos que um grande avanço tecnológico surja ou sejam alterados os incentivos que resultem em menos energia e/ou padrões de crescimento intensivos de carbono.

54. Neste momento, África está longe de atingir as suas próprias necessidades de investimento de desenvolvimento dos recursos internos, muito menos gerir os riscos das alterações climáticas. Felizmente, além dos fluxos de desenvolvimento normais, prevalece o princípio do “poluidor-pagador” e as economias desenvolvidas têm reconhecido as suas obrigações para prestar apoio à mitigação e adaptação africana. Em Copenhaga, os países desenvolvidos comprometeram-se em contribuir com 100 mil milhões de \$EU por ano até 2020 para ajudar as nações pobres a lidar com os impactos das alterações climáticas, com 30 mil milhões de \$EU em financiamentos até 2012.

55. Embora os fundos sejam essenciais para a adaptação e atenuação das alterações climáticas, é igualmente imperativo analisar os factores do lado da oferta e da procura que podem constituir obstáculos à mobilização de recursos para uma economia verde (economia ecológica). Apesar de se prever que as alterações climáticas afectem os recursos e a produtividade agrícola, limitando assim as opções e o potencial dos pobres e vulneráveis, incluindo mulheres e jovens, de muitas maneiras, a agricultura é de particular importância para uma transformação económica verde em África. Portanto, é importante garantir que a atribuição de financiamento para o clima seja balanceada entre a mitigação e a adaptação em todos os sectores e favoreça as actividades de adaptação nos países que sejam particularmente vulneráveis às alterações climáticas. Os principais desafios de adaptação envolvem possibilitar uma população grande e vulnerável a adaptar-se às muitas alterações e desenvolver uma vida melhor que seja resistente a um clima mais hostil.

56. Em resposta a estes desafios, os países africanos devem promover a diversificação económica a fim de reduzir a vulnerabilidade às alterações climáticas e alargar a abordagem das estratégias de investimento verde (ecológico) e de gestão do risco das alterações climáticas a todos os sectores. Nesse sentido, as tarifas de alimentação são um instrumento de política eficaz para estimular o investimento em energias renováveis, garantindo a compra de electricidade proveniente de fontes de energia renováveis a um preço predeterminado que seja atractivo para estimular novos investimentos. Os governos podem igualmente aumentar os gastos em práticas e tecnologias limpas e eliminar gradualmente os maus subsídios de apoio às indústrias poluentes. Em geral os planos de desenvolvimento nacional devem incorporar políticas que promovam a produção e o consumo de produtos limpos. Nesse sentido, o desenvolvimento, difusão e transferência de tecnologias são importantes. As tecnologias relacionadas com as alterações climáticas ajudam as famílias, empresas e países a reduzirem as suas emissões com efeito de estufa. Permitir-lhes igualmente suportar os choques climáticos relativamente bem permanentes.

G. *Promoção do Comércio e Aceleração da Integração Regional*

57. A integração regional é uma das forças motrizes por trás do desenvolvimento económico e tem sido reconhecida entre as principais estratégias de desenvolvimento para acelerar o comércio intra-africano, crescimento e redução da pobreza no continente. A sua eficácia depende igualmente da garantia que as mulheres e homens participarem em igualdade nos processos de integração regional. A integração económica, em particular, tem o potencial de alargar os mercados e as cadeias de valor regionais, que por sua vez, ajudam os países africanos a abordar as limitações do lado da oferta, diversificar a sua base produtiva, reduzir custos através do aumento das economias de escala e promover a transferência de conhecimento e de tecnologias, além da competitividade nos mercados mundiais. No entanto, apesar dos aumentos ao longo do tempo, comércio intra-africano representa somente 13% do comércio total devido a uma multiplicidade de factores, incluindo as débeis infra-estruturas regionais, bem como outras barreiras tarifárias e não tarifárias (UNECA, 2010).

58. Os países africanos estabeleceram a União Africana, criaram vários CERs e têm realizado no fundo os ideais do Tratado de Abuja que estabelece a Comunidade Económica Africana e o Acto Constitutivo da União Africana (UA). Um objectivo importante destes esforços é a criação de um mercado comum e de um bloco comercial único menos exposto à choques externos e capaz de abastecer as suas necessidades de importação através da expansão do comércio intra-africano com a quebra das barreiras tarifárias e não tarifárias através de regimes de liberalização do comércio. Compromissos mais recentes destacam a modernização dos sistemas nacionais e regionais de comercialização e a racionalização dos CERs, acelerando e reforçando o ritmo e a coordenação de integração a vários níveis. No entanto, alguns dos desafios pendentes a serem abordados para facilitar a integração regional são a necessidade de: normalização de regras de origem, procedimentos tarifários e aduaneiros, diversificação da produção e da circulação das exportações com maior valor acrescentado. Os países africanos devem facilitar o comércio através do desenvolvimento de infra-estruturas físicas, mercados financeiros para grandes e pequenos empresários e reduzindo a burocracia existente nos procedimentos para o comércio. A promoção do comércio e a aceleração da integração regional deve privilegiar o desenvolvimento do *e-commerce* (comércio electrónico), harmonização das políticas comerciais e dos procedimentos aduaneiros e desenvolvimento

de infra-estruturas que abordem as questões da cibersegurança, especialmente através da Convenção Africana sobre Cibersegurança, bem como o desenvolvimento e implementação de infra-estruturas transfronteiras de TIC compatíveis e fiáveis em todo o continente. Além disso, as políticas comerciais a nível nacional e regional devem ser coerentes com os acordos comerciais bilaterais, regionais e multilaterais para que possam ser implementadas e ser eficazes. Devem ser sensíveis ao género, de modo a garantir um acesso equitativo às oportunidades e resultados do comércio por homens e mulheres. Há igualmente necessidade de financiamento suficiente dos esforços de integração de África e de instituições para a concepção, implementação e monitorização eficaz das decisões e programas acordados para a rápida realização de Comunidade Económica Africana.

H. *Reforço da cooperação Sul-Sul e racionalização das parcerias africanas*

59. Os países africanos devem criar capacidades para melhorar, racionalizar e maximizar as conquistas, particularmente das actuais relações com as economias emergentes do Hemisfério Sul. A mais importante interacção entre a África e o resto do Hemisfério Sul é através do comércio e do investimento. A participação dos parceiros emergentes no comércio extra-regional de África situou-se em 32,5% em 2008, 13 pontos percentuais superiores à 1995. O efeito directo desse comércio é que economias africanas desfrutam de preços do consumidor mais baixos, maquinarias e insumos mais baratos e maiores receitas de exportação, embora as empresas não competitivas podem cessar as actividades. Maiores receitas de exportação permitiriam aos países africanos elevar o investimento doméstico e a criação do emprego. O impacto líquido sobre as economias africanas dependerá da estrutura de cada economia e a natureza específica da interacção (UNECA e CUA, 2011).

60. Outros fluxos do Sul ocorrem através de IED, investimentos de carteira, remessas e ajuda têm sido constantemente aumentados (BAD, OCDE, PNUD e UNECA, 2011). Na verdade, estima-se que o IED para África dos países emergentes tenha duplicado para cerca de 10% do total em 2005-2010, em relação a cerca de 5% em 2000-2004. Estes investimentos contribuem para as perspectivas de África como um novo pólo de crescimento mundial através de dois canais de produtividade principais: com o aumento do capital social e através da transferência de tecnologia. Contudo, a maior parte desta demanda é ainda para mercadorias não transformadas com baixos valor acrescentado, o que aumenta o risco de um bloqueio, a trajectória de exportação primária, bem como reduz a possibilidade de aumentar o valor acrescentado e receitas de exportação (CEA e CUA, 2011).

61. Além disso, a disponibilidade de empréstimos concessionais de parceiros emergentes do Sul aumentou o acesso ao financiamento para vários países da região e é importante para o crescimento e o emprego. No entanto, é fundamental garantir que os novos empréstimos a partir desses parceiros sejam utilizados para financiar projectos que melhoram as capacidades nacionais de reembolsar gerando emprego, especialmente para a juventude, dada a estrutura da população de África.

62. Na verdade, o principal desafio dos países africanos é o de ter um quadro unificado para a negociação e cooperação com os parceiros emergentes, bem como antigos parceiros que irá ajudá-los a maximizar as conquistas em termos de comércio, IED e outros tipos de fluxos de capital, transferência de tecnologia, empréstimos e auxílio, especialmente de grandes economias emergentes, como a China, a Índia, o Brasil, a Coreia e a Turquia. Este

desafio é especialmente importante tendo em conta as principais diferenças entre os países africanos em termos do tamanho da economia, estruturas de governação e capacidade negocial e de dotação de recursos.

63. Em todas as áreas de interacção, é necessário aproveitar os vínculos para garantir que a cooperação seja dirigida a sectores onde o investimento doméstico, emprego, integração regional e as capacidades produtivas sejam aprimoradas. Isso pode ser feito utilizando incentivos estratégicos e políticas que incentivam e obrigam os investidores estrangeiros a utilizar factores de produção nacionais, trabalho e parcerias na busca dos seus objectivos. Esforços deliberados para prosseguir *joint ventures* com empresas do Sul devem fazer parte dos quadros de políticas nacionais. Isto irá impulsionar em grande medida a difusão do conhecimento para os empresários locais e contribuir para a transformação estrutural das economias africanas (CEA e CUA, 2011).

Pontos para debate:

1. Qual é o quadro institucional e de políticas ideal para os países africanos tratarem de forma eficaz os seus condicionalismos obrigatórios ao desenvolvimento para que o continente se capacite e se torne num novo pólo de crescimento mundial?
2. Como podem os países africanos priorizar os seus condicionalismos ao desenvolvimento, conceber e implementar respostas de políticas eficazes para solucioná-los?
3. Qual é o papel do Estado (liderança e outras partes interessadas), das instituições regionais e continentais e dos parceiros de desenvolvimento neste processo?
4. Como podem os governos promover a coordenação e coerência de políticas para enfrentar os desafios comuns e desenvolver um quadro unido/comum para o envolvimento com os antigos e emergentes parceiros de desenvolvimento?

IV. Mobilização de recursos para a transformação e relançamento económico

64. A mobilização de novos recursos e o aumento das reservas e do investimento são essenciais para África atingir o seu potencial de crescimento económico, desenvolvimento e o papel como pólo de crescimento global. A crise financeira mundial sublinha a necessidade de África utilizar fontes inovadoras de financiamento enquanto trabalha para as Metas de Financiamento do Consenso de Monterrey. Uma lacuna de financiamento é evidente no que respeita tanto a fontes internas como externas de financiamento. Economia de estagnação, investimento, afluxos de capitais estrangeiros e balanças comerciais relativas ao PIB inviabilizam o aumento no financiamento disponível para África atingir os seus objectivos económicos e sociais.

65. A lacuna de financiamento enfrentada por África tem sido bem documentada e foi identificada aquando da estimativa dos requisitos de crescimento do PIB para a redução da pobreza, em consonância com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Em 1999 foi considerado que uma taxa de crescimento do PIB de 7% ao ano seria necessária

para atingir a redução de 50% da pobreza até 2015, em consonância com o Primeiro ODM. Foi estabelecido que, para atingir esse nível de crescimento, seriam necessários níveis de investimento de 33% do PIB (UNECA, 1999). Tendo em conta os níveis de reservas e fontes financeiras externas no momento, foi identificada uma lacuna de financiamento de 9% do PIB. Nos anos desde então, o crescimento do PIB de África oscilou entre 3 e 6% (Banco Mundial, 2011). Essas taxas de crescimento continuam a ser inferiores ao nível necessário para o continente atingir os ODM até 2015 e África tem de crescer, pelo menos, à taxa de 7% ou superior para se tornar um novo pólo de crescimento mundial nos próximos 20 anos. Assim, as necessidades de financiamento de África continuam hoje tão elevadas conforme as estimativas em 1999.

66. As reservas e os investimentos internos serão vitais para a mobilização de recursos financeiros a longo prazo e sustentáveis para financiar novos projectos e concretizar os objectivos de desenvolvimento, incluindo o investimento nos desníveis do género, que inibem o crescimento económico. Contudo, apesar das melhorias notáveis em muitos países, as Taxas Brutas de Reservas Internas e a Formação Bruta de Capital permaneceram baixas em África nas últimas duas décadas, em relação às outras regiões em desenvolvimento e às necessidades de desenvolvimento de África. As sub-regiões que testemunharam um aumento das Reservas Internas Bruta registaram uma queda subsequente na sequência da crise financeira global, e a partir de 2010 os níveis de reservas internas brutas per capita como uma percentagem do PIB foram 3,0% menores do que em 1990, e a formação bruta de capital 1,78% inferior (Banco Mundial, 2011). A estagnação nestes dois indicadores ao longo dos últimos vinte anos é tanto causa como efeito das taxas de crescimento do PIB relativamente lentos. De igual modo, o aprofundamento e o desenvolvimento dos mercados financeiros continuam a ser baixos e os mercados de capitais estão fragmentados e isolados dos mercados globais, obrigando esforços para mobilizar recursos privados no mercado interno e externos. A facilitação da disponibilidade de financiamento a longo prazo em particular é vital para incentivar as reservas e o investimento em todo o continente.

67. As dificuldades de recolha de receitas e administração fiscal dificultam ainda mais as habilidades de financiamento interno dos governos africanos. As receitas do governo como percentagem do PIB caíram de 29,2% em 2005 para 27,5% em 2010, indicando a necessidade de aprimorar as habilidades de tributação (BAD, CUA e UNECA, 2011). De igual modo, maiores gastos do governo para combater o aumento dos preços dos alimentos e de outras das matérias-primas têm exercido pressão sobre os défices orçamentais. O reforço da capacidade de tributação efectiva, reduzindo o tamanho e a dependência nos impostos sobre o comércio, será a chave para desbloquear a recolha de receitas. Isso é essencial para aumentar a competitividade do comércio e o crescimento que eventualmente ajudar a alargar a base tributária.

68. Quanto ao sector externo, a situação da balança de transacções corrente de África melhorou ao longo da última década, mas tornou-se em défice na sequência da crise financeira. O balanço comercial de África como percentagem do PIB, que se manteve abaixo de 8% na última década, diminuiu significativamente após a crise com uma queda subsequente na demanda por exportações africanas na zona euro e da América do Norte. Apesar da crescente procura a nível mundial e dos preços dos recursos naturais de exportação de África, a possibilidade de uma recessão dupla nas economias dos parceiros comerciais e mais uma queda nos recursos estrangeiros apela a uma maior utilização das

fontes alternativas de financiamento. O comércio com os novos parceiros de mercado emergentes representa agora 36,5% do comércio total de África e isso combinado com o comércio entre os países africanos representa uma alternativa cada vez mais significativa ao comércio com os parceiros tradicionais.

69. Os fluxos de IED para África aumentaram significativamente antes da crise global e caíram menos do que em outras regiões do mundo. No entanto, como percentagem do PIB, o aumento não foi significativo. Além disso, a maioria desses fluxos são selectivos e em grande parte destinados a sectores extractivos. A região da África do Norte e os países africanos exportadores de petróleo dominam todos os recebimentos de IED, com Angola, Egipto, Líbia e Nigéria, recebendo os quatro maiores fluxos de IED em 2010 (UNCTADStat, 2011). Orientar o IED para novos sectores como a indústria transformadora é uma clara prioridade para os decisores políticos na utilização do financiamento externo para aumentar a competitividade e acelerar a diversificação económica em África.

70. O financiamento do clima deve ser integralmente incorporado nos esforços para mobilizar recursos para atender às necessidades de financiamento de África. Conforme anteriormente mencionado, os países desenvolvidos comprometeram 100 mil milhões de \$EU por ano até 2020 para ajudar as nações mais pobres a lidar com os impactos das alterações climáticas, com 30 mil milhões de \$EU em financiamentos até 2012. África poderá esperar 40% desse acordo global. As principais questões são se os compromissos de financiamento do clima são susceptíveis de ser suficientes e honrados e se os países beneficiários irão utilizá-los de forma a atrair mais investimentos.

71. África deve abordar vários desafios no contexto da promoção do financiamento para o desenvolvimento. Em primeiro lugar, a limitada capacidade tributável combinada com a ineficiente administração fiscal muitas vezes tem dificultado a mobilização de recursos domésticos, ao passo que a base tributável em alguns países africanos foi gasta por significados incentivos fiscais generosos para atrair o IED. Em segundo lugar, as débeis instituições e poucas infra-estruturas continuam a limitar o desenvolvimento e a integração do mercado financeiro e a mobilização de reservas privadas numa altura em que as saídas de capitais ilícitos continuam descontroladas e privam o continente de substanciais recursos financeiros. Em terceiro lugar, desde a Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda e a Agenda de Acção de Acra para o 4º Fórum de Alto Nível de Busan sobre a Eficácia da Ajuda, compromissos de mais e previsíveis APD permanecem incertos. De igual modo, o impasse das negociações comerciais e a falta de coordenação política global eficaz para garantir um sistema financeiro internacional estável e um sistema de comércio global eficaz representam importantes obstáculos à promoção do financiamento ao desenvolvimento em África.

72. Como a crise financeira global põe em causa a viabilidade de determinadas fontes de financiamento externas, África tem a forte necessidade de maximizar os seus benefícios das fontes de financiamento existentes, prosseguindo igualmente por novas e inovadoras fontes. Os esforços nesse sentido devem incluir medidas destinadas a gerar mais receitas dos recursos naturais e abordar os fundos desperdiçados devido à má informação, má gestão e por vezes corrupção descarada. A Iniciativa de Transparência das Indústrias de Extracção (ITIE) constitui um passo na direcção certa e assim é a Visão de Mineração Africana. No Gana, por exemplo, foi revelado através da ITIE que empresas de mineração

pagavam percentagens médias de apenas 3%. Outra importante fonte de receitas é a tributação, embora seja importante para criar sistemas fiscais que não interfiram com o crescimento económico global. A simples recolha de impostos de forma mais eficiente nos sistemas existentes faria uma grande diferença. Os governos africanos devem igualmente aproveitar o investimento privado para que este tenha maior impacto sobre o desenvolvimento. Centrando-se nestas iniciativas e sobre as metas para a mobilização de recursos descritos no Consenso de Monterrey ajudará os países africanos na utilização de todas as possíveis fontes de financiamento para o crescimento e desenvolvimento.

Pontos para debate:

1. Que estratégias poderiam ser adoptadas para melhorar a mobilização de recursos no mercado interno e garantir que o sector privado interno participe activamente no financiamento para o desenvolvimento a nível nacional, regional e continental?
2. O que deve ser feito para garantir que as receitas de recursos naturais sejam efectivamente utilizadas para financiar projectos de longo prazo e promover a diversificação económica do continente?
3. Como África pode atrair uma quantidade significativa das reservas e excedentes de economias emergentes e em desenvolvimento e contribuir para o reequilíbrio macroeconómico global?
4. Que medidas de apoio devem ser implementadas para mover da eficácia da ajuda para eficácia do desenvolvimento, conforme salientado no Documento Final do Quarto Fórum de Alto Nível sobre Eficácia da Ajuda?

Referências

African Development Bank, Organisation for Economic Co-operation and Development, United Nations Development Programme and Economic Commission for Africa (2011). *African Economic Outlook 2011*. Addis Ababa and Paris.

African Union Commission (2011). Assembly/AU/Dec.348(XVI) “Decision on the Report of Heads of State and Government Orientation Committee (HSGOC) on New Partnership for Africa’s Development (NEPAD) – Doc. Assembly/AU/7(XVI)”. Addis Ababa.

Baseda, Hany, Yang Wang and John Whalley (2008). China’s growing economic activity in Africa. Working Paper No. 14024. Cambridge, Massachusetts: National Bureau of Economic Research. Disponível em <http://www.nber.org/papers/w14024.pdf>.

Brautigam, Deborah (2010). *The Dragon’s Gift: The Real Story of China in Africa*. Oxford: Oxford University Press.

Bulir Ales and A. Javier Hamann (2006). Volatility of Development Aid: From the Frying Pan into the Fire. International Monetary Fund Working Paper No. 06-65. Washington D.C.: International Monetary Fund. Disponível em www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2006/wp/0665.pdf.

Cheru, Fantu and Cyril Obi, eds. (2010). *The Rise of China and India in Africa: Challenges, Opportunities and Critical Interventions*. London: ZED Books.

Escribano, Alvaro, J. Luis Guasch and Jorge Pena (2008). Impact of Infrastructure Constraints on Firm Productivity in Africa. Africa Infrastructure Country Diagnostic Working Paper. Washington, D.C.: World Bank.

Foster, Vivien and Cecilia Briceño-Garmendia, eds. (2009). *Africa’s Infrastructure: A Time for Transformation*. Africa Infrastructure Country Diagnostic. Washington, D.C.: World Bank.

International Monetary Fund (2009). *World Economic Outlook*. Washington, D.C.

_____ (2010). *World Economic Outlook 2010: Rebalancing Growth*. Washington, D.C. pp. 2 & 163.

_____ (2011). *G-20 Economic Outlook: Analysis and Perspectives*. Washington D.C.

Korea Africa Economic Cooperation Conference (KOAPEC) (2011). The Fourth High-level Forum on Aid Effectiveness, Busan, South Korea, 29 November - 1 December 2011.

McCormick, Dorothy (2008). China & India as Africa’s New Donors: The Impact of Aid on Development. *Review of African Political Economy*, Issue 115, March.

McKinsey Global Institute (2010). *Lions on the move: The progress and potential of African economies*. McKinsey & Co. Disponível em http://www.mckinsey.com/Insights/MGI/Research/Productivity_Competitiveness_and_Growth/Lions_on_the_move

Nnadozie, Emmanuel (2009). *Harnessing Knowledge to Accelerate the Implementation of NEPAD*. Paper presented at the First International Conference on African Digital Libraries & Archives, Addis Ababa, July.

Organization for Economic Cooperation and Development (2011). *OECD Economic Outlook, No. 90*. Paris.

Radelet, Steven (2010). *Emerging Africa: How 17 Countries are Leading the Way*. Washington D.C.: Center for Global Development.

United Nations Conference on Trade and Development (2006). *Economic Development in Africa: Doubling Aid, Making the Big Push Work*. New York and Geneva: United Nations.

_____ (2011). *The Least Developed Countries Report 2011*. New York and Geneva: United Nations.

_____ (2011). UNCTADstat Database. Disponível em <http://unctadstat.unctad.org>

United Nations Conference on Trade and Development/United Nations Industrial Development Organization (2011). *Economic Development in Africa Report 2011. Fostering Industrial Development in Africa in the New Global Environment*. New York and Geneva: United Nations.

United Nations Economic Commission for Africa (1999). *Economic Report on Africa: The Challenges of Poverty Reduction and Sustainability*. Addis Ababa.

_____ (2009). *African Governance Report II 2009*. Oxford: Oxford University Press.

_____ (2010). *A technological resurgence? Africa in the global flows of technology*. ISSN No.: 2219-5580/2219-5599. Disponível em http://www.uneca.org/istd/tech_resurgence.pdf

_____ (2011). *Proceedings of the second Science with Africa (SWA) Conference on Science, Innovation and Entrepreneurship*. Disponível em <http://www.uneca.org/sciencewithafrica/swa2proceedings/swa2proceedings.pdf>

United Nations Economic Commission for Africa and African Union Commission (2007). *Economic Report on Africa 2007: Accelerating Africa's Development through Diversification*. Sales No. E.07.II.K.1.

_____ (2008). *Assessing Progress in Africa towards the Millennium Development Goals*. Addis Ababa: United Nations Economic Commission for Africa.

_____ (2009). *Economic Report on Africa: Developing African Agriculture through Regional Value Chains*. Sales No. E.09.II.K.2.

_____ (2010). *Economic Report on Africa: Promoting high-level sustainable growth to reduce unemployment in Africa*. Sales No. E.10.II.K.1.

_____ (2011). *Economic Report on Africa: Governing development in Africa - the role of the State in economic transformation*. Sales No. E.11.II.K.1.

United Nations Economic Commission for Africa and Organization for Economic Cooperation and Development (2011). *The mutual review of development effectiveness in Africa: 2011 Interim Report*. Paris: OECD.

United Nations Millennium Project (2005). *Innovation: Applying Knowledge in Development*. Task Force on Science, Technology and Innovation.

World Bank (2008). *Implementing the Extractive Industries Transparency Initiative*. Washington, D.C.

_____ (2011). *Global Development Horizons 2011*. Washington D.C.

_____ (2012). *Doing Business 2012: Doing business in a more transparent world*. Washington D.C.